

A QUALIDADE DE VIDA URBANA

O caso da cidade do Porto

Luís Delfim Santos
Isabel Martins



FACULDADE DE ECONOMIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

www.fep.up.pt

A QUALIDADE DE VIDA URBANA O CASO DA CIDADE DO PORTO

LUIS DELFIM SANTOS

CEMPRE^{*}, Faculdade de Economia do Porto
Rua Dr. Roberto Frias
4200-464 Porto, Portugal

luisd@fep.up.pt

ISABEL MARTINS

Gabinete de Estudos e Planeamento da
Câmara Municipal do Porto
Praça General Humberto Delgado
4049-001 Porto

isabel.martins@cm-porto.pt

ABSTRACT

Câmara Municipal do Porto, in collaboration with CEMPRE, is implementing an information system on the quality of life in Porto. Before the presentation of the model that we developed, we discuss the concept of quality of life and present some theoretical contributions relevant for the project. We also discuss the issue of quality of life in an urban context, and give some references about national and international studies on the subject.

RESUMO

A Câmara Municipal do Porto, em colaboração com o CEMPRE, tem vindo a desenvolver um sistema de informação da qualidade de vida na cidade do Porto. Este documento visa apresentar o modelo que foi elaborado; previamente analisa-se o conceito de qualidade de vida, sendo apresentados alguns contributos teóricos importantes para o projecto que está a ser desenvolvido. Discute-se, ainda, a questão da qualidade de vida focalizada no contexto urbano, sendo referenciadas algumas experiências de estudos neste âmbito, tanto a nível nacional como internacional.

* O CEMPRE - Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão - é apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através do Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação (POCTI) do Quadro Comunitário de Apoio III, o qual é participado por fundos nacionais e FEDER.

1. INTRODUÇÃO

Embora encerre um conceito relativamente recente, a expressão *qualidade de vida* é, hoje em dia, utilizada frequentemente quer ao nível da linguagem comum, quer ao nível do discurso teórico, sendo um tema central em todas as análises e políticas de planeamento e de gestão do território, em particular das cidades.

Historicamente, o conceito de qualidade de vida surge nos anos 60. Prevalencia, então, uma corrente essencialmente economicista que analisava o crescimento económico das sociedades através da evolução do respectivo PIB. Esta medida, correspondendo ao montante de bens e serviços gerados e sendo, assim, um indicador da riqueza produzida e distribuída, traduzia de forma global o crescimento económico verificado, mas não contemplava diversos aspectos fundamentais que permitissem analisar o desenvolvimento de uma sociedade.

Em particular, relativamente à intervenção do Estado no funcionamento da sociedade, colocava-se a questão da identificação das principais áreas que careciam de intervenção pública e das medidas que permitissem aferir das consequências das diversas acções empreendidas no sentido de colmatar as deficiências detectadas.

Para além disso, outras questões tão decisivas como as da desigualdade na distribuição da riqueza produzida, do grau de satisfação das necessidades básicas da população, do nível de bem estar global necessitavam de outros instrumentais de análise.

Nos seus primórdios a investigação em qualidade de vida surge directamente ligada aos sistemas de indicadores sociais então em fase de grande implementação e expansão¹.

Como iremos desenvolver mais à frente, o conceito de qualidade de vida engloba diversos aspectos, que se interligam, e que vão desde as questões mais materiais, ligadas à satisfação das necessidades humanas básicas, até às questões imateriais (p.e., a segurança, a participação cívica), desde aspectos objectivos até aspectos subjectivos, estes últimos relacionados com a percepção individual da qualidade de vida e do bem estar dos indivíduos, desde aspectos de índole mais individual até aspectos de índole mais colectiva.

¹ Para uma apresentação histórica dos sistemas de indicadores sociais, ver Setién (1993, pp.XXVI e seguintes)

Os indicadores sociais surgem, assim, como aproximações, como instrumentos de quantificação desses diversos aspectos: “O seu objectivo é medir a mudança social, o desenvolvimento verificado, tendo em conta os diversos elementos sociais, políticos, psicológicos, culturais, que tinham sido deixados de lado pela análise económica, mostrando as diversas componentes da vida e pretendendo analisar se esses elementos vão melhorando ou piorando” (Setién, 1993, pp.XXII).

Como será referido nas secções seguintes, dentro desta matriz genérica dos indicadores sociais foram surgindo novos desenvolvimentos nos estudos sobre qualidade de vida, sendo particularmente relevantes os relativos à qualidade de vida urbana.

É dentro desta linha de investigação ligada aos indicadores sociais, que releva das ciências sociais em geral, que se insere o trabalho desenvolvido na Câmara Municipal do Porto, que é objecto de apresentação no ponto 4, e que visa implementar um sistema de informação da qualidade de vida urbana.

Previamente, no ponto 2, discute-se o conceito de qualidade de vida, sendo apresentados alguns contributos teóricos importantes para o projecto que está a ser desenvolvido. No ponto 3 centramos a análise na questão da qualidade de vida no contexto urbano, sendo referenciadas algumas experiências de estudos de qualidade de vida, tanto a nível nacional como internacional.

2. O CONCEITO DE QUALIDADE DE VIDA

O conceito de qualidade de vida é um conceito abrangente e no qual se interligam diversas abordagens e diversas problemáticas. Podemos equacionar três âmbitos de análise relativos à qualidade de vida. Um primeiro, tem a ver com a distinção entre os aspectos materiais e imateriais da qualidade de vida. Os aspectos materiais dizem essencialmente respeito às necessidades humanas básicas, como, por exemplo, as condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, ou seja aspectos de natureza essencialmente física e infraestrutural. Historicamente e para sociedades menos desenvolvidas, estas questões materiais eram decisivas ou pelo menos tinham uma focalização muito grande; hoje em dia, as questões imateriais mais ligadas ao ambiente, ao património cultural, ao bem estar tornaram-se centrais.

Um segundo âmbito, faz a distinção entre os aspectos individuais e os colectivos. As componentes individuais mais relacionadas com a condição económica, a condição

pessoal e familiar dos indivíduos, as relações pessoais, e as componentes colectivas mais directamente relacionadas com os serviços básicos e os serviços públicos.

Podemos ainda considerar, num terceiro âmbito de análise, a distinção entre aspectos objectivos e subjectivos da qualidade de vida. Os primeiros seriam facilmente apreendidos através da definição de indicadores de natureza quantitativa, enquanto que os segundos remeteriam para a percepção subjectiva que os indivíduos têm da qualidade de vida e que é, claramente, muito diferente de pessoa para pessoa, e de estrato social para estrato social. Este último aspecto é de fundamental importância: os indicadores de qualidade de vida têm diferentes traduções, consoante a estrutura sócio-económica da população e, portanto, o mesmo indicador pode ser percebido de forma diferente por estratos sócio-económicos diferentes.

Estes três âmbitos de análise não são, obviamente, mutuamente exclusivos, mas pelo contrário interligam-se em grande medida. Os principais contributos teóricos para a análise da qualidade de vida reflectem precisamente essa interdependência, conjugando os diversos níveis de análise referidos. Três desses contributos, particularmente relevantes, não só pelos quadros conceptuais propostos, mas, também, pelas reflexões que suscitam, são de seguida apresentados de forma sucinta.

Uma primeira contribuição, de Allardt (1976, 1981), propõe uma distinção, na análise da qualidade de vida, entre as chamadas condições de vida objectivas e subjectivas. Este autor analisa a qualidade de vida com base em quatro aspectos: um primeiro, que ele denomina *nível de vida*, que tem a ver com as necessidades mais do tipo material, as necessidades humanas básicas acima referidas. Um segundo nível, que ele chama explicitamente de *qualidade de vida*, ligado às condições de vida não materiais, ou seja, aspectos mais relacionados com o indivíduo propriamente dito, a sua relação com a sociedade, com a família, etc. O terceiro nível, chamado de *satisfação*, relativo à percepção subjectiva das condições de vida. Por último, um aspecto que ele designa por *felicidade*, que deriva da percepção subjectiva da qualidade de vida.

O segundo contributo, de Gough (1982), trata a questão da qualidade de vida fazendo a distinção entre as chamadas *necessidades* e os chamados *desejos* (aspirações). As necessidades teriam mais a ver com a esfera do colectivo, com a esfera do universal, enquanto que os desejos, as aspirações estariam mais relacionados com a esfera do individual, do contingente.

Esta distinção tem uma implicação importante já que, sendo as necessidades mais da esfera do colectivo, teriam a sua resolução essencialmente na esfera do político e, portanto, resultante da intervenção dos poderes públicos. A parte dos desejos sendo do âmbito individual, a sua resolução passava mais pela esfera económica, pelo mercado. Esta abordagem é de 1982, estando relativamente datada, e sendo, eventualmente, menos aplicável à sociedade actual. Pode-se questionar relativamente a estes desejos, estas tais questões mais individuais, se hoje em dia a sua resolução não passará, também, muito pelos poderes públicos, e portanto, pela esfera política e não só pela esfera económica.

O terceiro contributo, de Nuvolati (1998), propõe uma análise da qualidade de vida baseada em cinco grandes domínios, fazendo o cruzamento da dicotomia individual/colectivo com a dicotomia do material/imaterial. Um primeiro ligado aos aspectos *materiais colectivos*, em termos de disponibilidade de serviços e de bens, compreendendo portanto os aspectos relativos, por exemplo, à saúde, à assistência social, à instrução obrigatória, ao comércio existente nas cidades.

Um segundo, a que o autor chama de aspectos *materiais individuais*, que diz respeito à condição pessoal e familiar dos indivíduos: a questão do rendimento e da riqueza de cada um, o mercado laboral, a questão da mobilidade sobre o território, ou seja, aspectos que mantendo o seu carácter material dizem mais respeito aos indivíduos isoladamente.

Terceiro domínio, dos chamados aspectos *não materiais colectivos*, e que tem a ver com, por exemplo, serviços de recreação, serviços de ocupação dos tempo livres, desporto. Na quarta vertente de análise considerada, os aspectos *não materiais individuais*, cabem todas as questões relacionadas com as relações privadas interpessoais, as relações com a família, as relações com os amigos, a participação dos cidadãos, o acesso à informação.

O quinto domínio refere-se ao *contexto geral*, relacionado com as particularidades da paisagem e do clima e as características do património histórico e arquitectónico do espaço objecto de análise.

Importa ainda referir duas outras questões fundamentais que devem ser equacionadas quando se analisa a qualidade de vida e quando se quer definir um conjunto de

indicadores de qualidade de vida. A primeira, tem a ver com o facto de as necessidades dos indivíduos estarem intimamente relacionadas com o contexto social, político e cultural em que vivem. Há, portanto, uma variação significativa dessas mesmas necessidades, tanto ao longo do tempo (as necessidades no Portugal de hoje não são, obviamente, as mesmas de há 20 ou 30 anos atrás) como também ao longo do espaço.

A segunda, está relacionada com a caracterização de um espaço em termos de bens e serviços existentes: a qualidade de vida é medida não só em função da existência desses recursos, mas também, da sua acessibilidade e facilidade de utilização. Directamente relacionado com este último aspecto, coloca-se também a questão do nível de satisfação da população utilizadora desses mesmos bens e serviços, o que será central na análise mais subjectiva da percepção da qualidade de vida.

Esta multiplicidade de componentes que integram o conceito de qualidade de vida tem, também, levado ao surgimento de estudos sobre qualidade de vida com as mais diversas desagregações espaciais e aplicados aos mais diversos temas e grupos específicos de população. Assim, em termos espaciais encontram-se na literatura estudos sobre qualidade de vida a nível urbano, regional, nacional e internacional, enquanto que no que diz respeito aos temas e grupos é possível encontrar estudos em que a qualidade de vida é analisada em relação com a habitação ou o emprego e para grupos específicos como, por exemplo, os doentes e a terceira idade². Um bom exemplo da refinação atingida nos estudos sobre qualidade de vida é dado pelo *Office of Quality-of-Life Measurement (OQOLM)* da Universidade da Virginia, USA, que analisa a qualidade de vida em relação com o marketing, o negócio, a indústria e o consumo em temas tão detalhados como, por exemplo, as relações entre qualidade de vida e o negócio internacional ou os têxteis e o vestuário.

Como foi referido na introdução, o projecto em curso na CMP de implementação de um sistema de informação da qualidade de vida urbana insere-se na linha de investigação atrás referida, matriciada em sistemas de indicadores sociais.

Há uma outra linha de investigação sobre qualidade de vida mais ligada à economia, e em particular à econometria. A partir dos trabalhos pioneiros de Rosen (1979) e Roback

² Para exemplos de estudos nestas áreas ver referências bibliográficas em Sétien (1993, pp.XXIV)

(1980), desenvolveram-se uma série de estudos que se baseiam na construção de índices de qualidade de vida a partir da identificação de preços de mercado implícitos para as diversas "amenidades"³ existentes em diferentes espaços territoriais. A ideia base dos modelos subjacentes a estes estudos é a de que, não tendo as amenidades, por definição, preço de mercado explícito, é possível valorá-las calculando um preço implícito utilizando, por exemplo, o nível de salários e o nível de rendas de habitação praticados numa determinada cidade. Esses níveis de salários e das rendas permitiriam captar implicitamente as diversas amenidades existentes localmente; por exemplo, numa cidade com diversas amenidades o nível de rendas de habitação seria, tudo o resto constante, mais elevado do que numa outra em que as amenidades fossem menores. A partir desses preços implícitos das amenidades são construídos índices de qualidade de vida que podem servir para fazer comparações entre diversas cidades ou áreas metropolitanas, e estabelecer *rankings* a nível nacional ou internacional. Para uma apresentação do modelo inicial de Rosen e Roback, dos posteriores desenvolvimentos efectuados, e de alguns estudos empíricos particularmente relevantes ver Gyouko *et al.* (1999).

3. A QUALIDADE DE VIDA URBANA

3.1 O contexto actual da investigação

No conjunto dos estudos dedicados à temática da qualidade de vida é notória, nos últimos anos, uma focalização crescente da pesquisa em torno da realidade urbana. O facto de, à escala mundial, se verificar uma tendência de reforço da concentração das populações em cidades constitui certamente um argumento justificativo da consolidação de uma corrente de investigação autónoma sobre a qualidade de vida urbana ao qual se junta, no entanto, um outro, igualmente importante, que tem a ver com o reconhecimento de que a urbanização actual, muitas vezes intensa e desordenada, é ela própria geradora de um conjunto de problemas e de disfuncionamentos internos cuja influência nas condições de vida dos cidadãos importa conhecer e avaliar.

³ Utilizamos aqui o termo português "amenidades" para traduzir o conceito de "amenities" usado na literatura de língua inglesa. As amenidades são, tipicamente, bens públicos de que todos podem usufruir e sem custos específicos para os seus potenciais utilizadores (por exemplo, a existência de um parque público ou de uma vida cultural intensa numa determinada cidade). As amenidades caracterizam os diversos aspectos atraentes (ou não) dos diferentes espaços geográficos e, em particular, das cidades, e exercem um papel importante nas escolhas dos indivíduos em habitar e/ou trabalhar nesses mesmos espaços. De notar que as amenidades podem ter efeitos positivos ou negativos (p.e. a existência de uma zona degradada) e que, ao nível urbano, as amenidades caracterizam normalmente subespaços das

Vários autores que têm vindo a debruçar-se sobre este assunto justificam o grande interesse despertado pela problemática da qualidade de vida urbana com o facto desta invocar a complexidade das questões que marcam a sociedade moderna, não apenas no plano material, mas também, no imaterial. Ao mesmo tempo que os centros urbanos ganham indiscutível protagonismo económico e político, afirmando-se como os contextos territoriais mais propícios à criação de riqueza e de emprego e como os meios mais criativos e inovadores, eles são conotados com um conjunto significativo de aspectos nefastos associados à sociedade desenvolvida, pós-industrial, tais como a degradação ambiental, a exclusão social, a insegurança ou os congestionamentos de tráfego. A investigação actual sobre a qualidade de vida urbana confronta-se, assim, com o desafio da procura de novos modelos de abordagem que levem em conta as profundas mudanças económicas, sociais e tecnológicas em curso que, justamente, se têm vindo a manifestar de forma particularmente expressiva à escala das cidades.

Em grande número destes trabalhos produzidos é possível identificar uma clara vocação prática, menos “sociológica” e mais orientada para o planeamento (Cicerchia, 1996). Com efeito, ao mesmo tempo que são secundarizadas as preocupações com as condições de salubridade nas cidades, com o zonamento e a regulamentação do espaço físico, com a implantação de redes de infraestruturas e equipamentos que, no passado, orientaram em larga medida, a actividade de planeamento, novos temas suscitam atenção, entre os quais se encontra claramente o da qualidade de vida.

Reforçada por uma pressão crescente por parte dos cidadãos locais, mas também pela própria competição que se tem vindo a estabelecer entre centros urbanos para a atracção de recursos humanos qualificados e de investimentos, a aposta na elevação dos padrões de vida é hoje partilhada pelas administrações públicas aos diferentes níveis, local, regional e central. Neste contexto, é ao nível das cidades e das regiões metropolitanas que os desafios da adopção de políticas que promovam uma melhor qualidade de vida para os cidadãos parecem ser maiores, dada a intensidade de alguns dos problemas e patologias evidenciados (sobrecarga, sobreocupação, ingovernabilidade,...).

Apesar de se reconhecer uma grande utilidade às análises sobre a qualidade de vida para suporte da decisão técnica e política em matéria de planeamento e gestão urbanas, não

cidades. Para uma apresentação da questão das amenidades e das suas implicações em termos de políticas públicas e urbanas, ver, por exemplo, Bartik e Smith (1987).

tem sido fácil vencer alguns dos desafios que, no plano metodológico e operacional, estas abordagens enfrentam. Anteriormente, foram já expostas algumas das dificuldades do estudo da qualidade de vida decorrentes, designadamente, da multidimensionalidade do conceito e da influência de elementos subjectivos na sua avaliação. Quando a análise incide sobre a realidade urbana, outras questões se colocam, cruzando-se com estas.

Desde logo há a registar o impacto, particularmente evidente no caso das cidades, de todo um conjunto de transformações recentes ao nível da economia e da sociedade - já atrás mencionadas - que obrigam a reequacionar o quadro analítico tradicional. No ponto anterior, foi já referida a abordagem frequente da qualidade de vida através da eleição de uma série de domínios temáticos. Estes, supostamente, cobrem as principais áreas de influência sobre as condições de vida dos indivíduos e constituem o referencial para a construção de indicadores a partir de dados estatísticos (medida mais objectiva) ou para o lançamento de inquéritos à população (medida mais subjectiva).

Apesar de se aceitar que muitas das dimensões materiais e imateriais consideradas tradicionalmente⁴ continuam a interferir directamente nas condições de vida dos cidadãos, torna-se cada vez mais evidente o peso crescente de novas dimensões que, sobretudo em contextos urbanos, se projectam com maior visibilidade, mas cuja influência na qualidade de vida não é, nesta altura, facilmente mensurável. Alguns exemplos evidentes de dimensões emergentes podem ser o grau de abertura e de diversidade sócio-cultural da cidade ou o valor patrimonial e da qualidade cénica da paisagem urbana.

Uma outra questão metodológica de indiscutível relevância no estudo da qualidade de vida em cidades prende-se com a própria escala de análise. A condição urbana caracteriza-se por uma grande heterogeneidade de usos e ocupações do solo e por uma ampla diversidade funcional. Territórios de contrastes, as cidades oferecem condições em termos de qualidade de vida não traduzíveis por simples valores médios, sobretudo quando a avaliação visa apoiar a concepção de políticas de intervenção no terreno. A análise da diferenciação intra-urbana, através do cálculo de medidas de dispersão para as diferentes variáveis consideradas, revela-se, neste contexto, indispensável. O mesmo

⁴ No relatório final “Evaluating the Quality of Life in European Regions and Cities” (European Union, 1999), após uma revisão da literatura sobre o tema, mencionam-se 10 domínios, considerados principais: população, rendimentos e riqueza, condições de saúde, habitação, disponibilidade de serviços, crime e

deverá suceder com o esforço de recolha dos dados de base com uma desagregação espacial fina.

Também evidente, nos estudos sobre a qualidade de vida urbana, é a necessidade de não considerar os centros urbanos como espaços confinados mas, pelo contrário, não perder de vista o conjunto de interações que existem entre estes e o seu território envolvente o que, em concreto, levanta algumas questões particulares, do ponto de vista da análise. Uma delas, óbvia, prende-se com a necessidade de, na interpretação de resultados, entrar em linha de conta com conceitos como o de “população utilizadora” e não apenas de “população residente”; por exemplo, quando se avaliam dotações em certos equipamentos e serviços, como hospitais ou universidades, que, claramente, servem uma população muito superior àquela que reside na cidade.

3.2 Algumas experiências

Em muitos dos trabalhos sobre a qualidade de vida a abordagem desenvolvida é orientada para o estabelecimento de *rankings*. Frequentes, sobretudo nos EUA, mas também na Europa, estas análises convergem invariavelmente no objectivo de identificação das “melhores” cidades para se viver, apresentando hierarquias que envolvem conjuntos mais ou menos alargados de centros urbanos. Geralmente vocacionados para apoiar decisões de realocação de residência ou de investimentos, estes estudos têm vindo a ganhar grande projecção à medida que, nas decisões de localização, sobretudo por parte dos investidores, tendem a ser valorizados factores relacionados com a qualidade de vida oferecida pelos potenciais locais de acolhimento aos recursos humanos a deslocar: “um bom ambiente físico para as suas famílias, boas escolas para as crianças, um clima ameno e uma ampla oferta de lazer” (Grayson e Young, 1994). Nestes casos, a metodologia seguida baseia-se na definição de uma série de dimensões para a qualidade de vida, às quais se associam conjuntos de indicadores quantitativos. Na maior parte das situações, são assumidos sistemas de ponderação para as dimensões escolhidas, sendo possível o cálculo, para cada cidade, de um *score* final que dita o seu posicionamento no *ranking*.

Uma referência recente, dentro desta linha, é a do estudo desenvolvido pela empresa de consultoria *William Mercer*. Neste trabalho analisou-se, para o ano de 2002, a qualidade

problemas sociais, emprego e condições de trabalho, ambiente (tráfego, poluição e clima), relações interpessoais, participação cívica.

de vida em 215 cidades a nível mundial, com base num conjunto de 39 indicadores repartidos pelas seguintes categorias: ambiente social e político, ambiente económico, ambiente sócio-cultural, saúde, educação, serviços públicos e transportes, lazer, oferta de bens de consumo, habitação e ambiente natural. Na hierarquização global resultante, Lisboa, única cidade portuguesa considerada nesta análise, posicionava-se na 62^a posição, sendo Zurique a cidade que obteve a melhor pontuação do conjunto⁵.

Também à escala nacional foram já conduzidos exercícios destinados a apurar os locais que oferecem as “melhores” condições para se viver. Um exemplo que poderá ser apontado é o do trabalho de Mendes (1999), que realizou uma análise da qualidade de vida nas cidades capitais de distrito incidindo sobre os seguintes aspectos: poluição, habitação, desemprego, criminalidade, comércio e serviços, mobilidade, poder de compra, património e clima.

Em 2000, foi conduzida uma pesquisa, com objectivos semelhantes, publicada pelo Diário de Notícias, que decorreu em duas fases. A primeira, cujos resultados foram publicados no mês de Fevereiro num documento intitulado “As melhores Cidades Portuguesas”, envolveu as áreas urbanas com mais de vinte mil habitantes e todas as capitais de distrito, à excepção de Lisboa e Porto. Estas últimas foram objecto de análise numa segunda etapa em que se privilegiou a avaliação das condições de vida nas cidades incluídas em espaços metropolitanos, tendo este último trabalho servido de base ao documento designado “A Vida nas Áreas Metropolitanas”.

Relativamente a estas abordagens baseadas no estabelecimento de *rankings*, são várias as limitações apontadas. São comuns as referências ao facto delas se basearem, na maior parte dos casos, num número escasso de indicadores - que são os facilmente obteneíveis para a generalidade das cidades, nem sempre sendo os mais relevantes - e, também, ao facto destas assentarem num conjunto *standard* de dimensões da qualidade de vida e num sistema de ponderação que reflectem a perspectiva e os juízos dos investigadores envolvidos na análise, que estarão sempre longe de ser consensuais.

Também com o objectivo de promover uma comparação de realidades entre cidades, o projecto URBAN AUDIT – Assessing the Quality of Life of Europe’s Cities, da Comissão Europeia adoptou, no entanto, uma abordagem e uma metodologia distintas.

⁵ Referências adicionais sobre este trabalho e outros similares, realizados em anos anteriores, estão disponíveis em www.merceric.com

Tratou-se de uma iniciativa levada a cabo entre 1998 e 2000, coordenada pela Direcção-Geral da Política Regional e pelo EUROSTAT, cujos objectivos visaram uma avaliação da situação individual de cada cidade, em matéria de qualidade de vida e a disponibilização de uma base de informação comparável entre os centros urbanos da União Europeia que permitisse às cidades posicionarem-se face a um conjunto de valores de referência, naquele que foi entendido como um exercício útil de auto-diagnóstico. Este foi, assim, um primeiro esforço de recolha e tratamento sistemático de informação estatística sobre as cidades europeias - considerado fundamental para apoiar o desenvolvimento de estratégias e políticas de intervenção⁶ - que funcionou também como um forte estímulo para as autoridades locais implementarem sistemas locais de recolha e tratamento de informação estatística.

Para além da atenção que despertou em torno do desenvolvimento de sistemas de indicadores urbanos, o projecto URBAN AUDIT, permitiu ensaiar, no plano metodológico, diferentes abordagens em termos de escala urbana. Apesar de, para muitos indicadores, apenas ter sido possível recolher dados ao nível da cidade, registaram-se casos em que a informação foi obtida igualmente a nível metropolitano ou da aglomeração urbana e para sub-áreas da cidade.

Nesta primeira fase do projecto, que se tratou de uma experiência piloto, estiveram envolvidos 58 centros urbanos europeus, entre os quais três portugueses, que foram Porto, Braga e Lisboa⁷.

Nos últimos anos, muitas são as cidades que, individualmente ou em iniciativas colectivas, têm vindo a desenvolver projectos de montagem de sistemas de informação sobre qualidade de vida. São múltiplos os exemplos que poderão ser pesquisados através da internet; duas referências de projectos particularmente bem documentados são as relativas à experiência canadiana de Ontário, que tem vindo a implementar um

⁶ Documentos como o “Quadro de acção para o desenvolvimento urbano sustentável”, publicado pela Comissão Europeia em 1998, referem expressamente a necessidade de se dispôr de uma base sólida de informação sobre as cidades da União Europeia para que se possa avançar na definição de políticas urbanas.

⁷ Informação completa sobre esta iniciativa encontra-se disponível em www.info regio.cec.eu.int/urban/audit

Quality of Life Index (QLI), e uma iniciativa de monitorização da qualidade de vida nas seis maiores cidades neozelandesas⁸.

Entre as abordagens mais recentes é possível identificar agora como preocupações dominantes, entre outras, a de equilibrar o recurso a indicadores estatísticos e o estabelecimento de variados índices numéricos, com medidas subjectivas que possam traduzir as percepções dos cidadãos sobre a qualidade de vida.

Uma outra tónica dos estudos mais recentes prende-se com o carácter dinâmico das análises, procurando-se implementar metodologias de recolha e tratamento de dados que não sejam pontuais mas sim sistemáticas. Deste modo, torna-se possível a monitorização de tendências evolutivas, a qual se reveste da maior importância para a formulação de estratégias de gestão e para o planeamento dos centros urbanos. Em muitas destas experiências estão presentes propósitos explícitos de avaliação das próprias políticas urbanas. Refira-se, neste âmbito, o projecto do governo inglês “Voluntary Quality of Life and Cross-cutting Indicators for Local Authorities”, através do qual se pretende vir a montar um sistema de indicadores que permita a comparação de resultados entre estratégias locais de intervenção (Audit Commission, 2001).

4. O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO⁹

Sob a coordenação do Gabinete de Estudos e Planeamento, e com a colaboração do CEMPRE (Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão da Faculdade de Economia do Porto), a Câmara Municipal do Porto tem vindo a desenvolver um sistema de informação da qualidade de vida na cidade do Porto¹⁰, através do qual se pretende melhorar o conhecimento sobre a situação actual da cidade em matéria da qualidade de vida que é oferecida aos seus habitantes e, ainda, àqueles não residentes, mas que dela são utilizadores (activos empregados no Porto, turistas, clientes de bens e serviços,...). O objectivo central é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais directo ou indirecto, influenciam as

⁸ Ver, respectivamente, www.qli-ont.org e www.bigcities.govt.nz. Referências a outros casos práticos, bem como outra informação sobre o tema, são disponibilizadas em www.isqols.org, site da *International Society for Quality-of-Life Studies (ISQOLS)*, organização associada à Universidade da Virgínia, nos E.U.A., que tem como objectivo promover e encorajar a pesquisa nesta área.

⁹ Neste projecto tem estado directamente envolvidos, para além dos autores, o Eng^o António Lacerda e as Dras Marta Gomes e Idalina Machado, cujos contributos valiosos estão reflectidos no trabalho agora apresentado.

¹⁰ Este projecto é financiado pelo Programa Operacional da Região do Norte, através da medida 1.4. Valorização e Promoção Regional e Local.

condições de vida num centro urbano (rendimento, habitação, mercado de trabalho, actividade económica, educação, ambiente, cultura e lazer,...). Naturalmente, este acompanhamento serve, também, para mais eficazmente fundamentar políticas e medidas de intervenção destinadas a favorecer a melhoria sustentada da qualidade de vida urbana, a qual é, de resto, um factor de competitividade crescente entre territórios.

A partir de um trabalho continuado de recolha, exploração e análise de dados - envolvendo a generalidade dos serviços da CMP que participam, quer como fornecedores, quer como utilizadores - pretende-se operacionalizar uma infraestrutura permanente de informação, que possa, como foi referido, constituir uma ferramenta efectiva de apoio à gestão e ao planeamento urbanos. Na recolha de dados é dado particular relevo à avaliação da variabilidade intra-urbana da qualidade de vida, trabalhando elementos de base não apenas à escala concelhia, mas, sempre que disponível, tratando dados espacialmente mais finos, nomeadamente à escala das freguesias. Tal esforço permitirá uma melhor aproximação à realidade, necessária quando a perspectiva associada é a da actuação futura, directa ou indirecta, no terreno. Além disso, existe uma preocupação na recolha da informação que permita a comparação de dados, de modo a que a situação do Município do Porto possa ser referenciada às realidades verificadas ao nível da sua Área Metropolitana e do País no seu conjunto.

O modelo de análise da qualidade de vida proposto para a Câmara Municipal do Porto baseia-se em quatro grandes domínios. Esse modelo resulta da reflexão efectuada a partir da revisão bibliográfica efectuada, considerando não apenas as abordagens mais tradicionais em termos da definição e da avaliação da qualidade de vida, mas também as perspectivas emergentes que procuram redefinir o próprio conceito e adaptá-lo às transformações da sociedade moderna, bem como da análise de experiências anteriores e de projectos actualmente em curso noutros países, com objectivos operacionais idênticos.

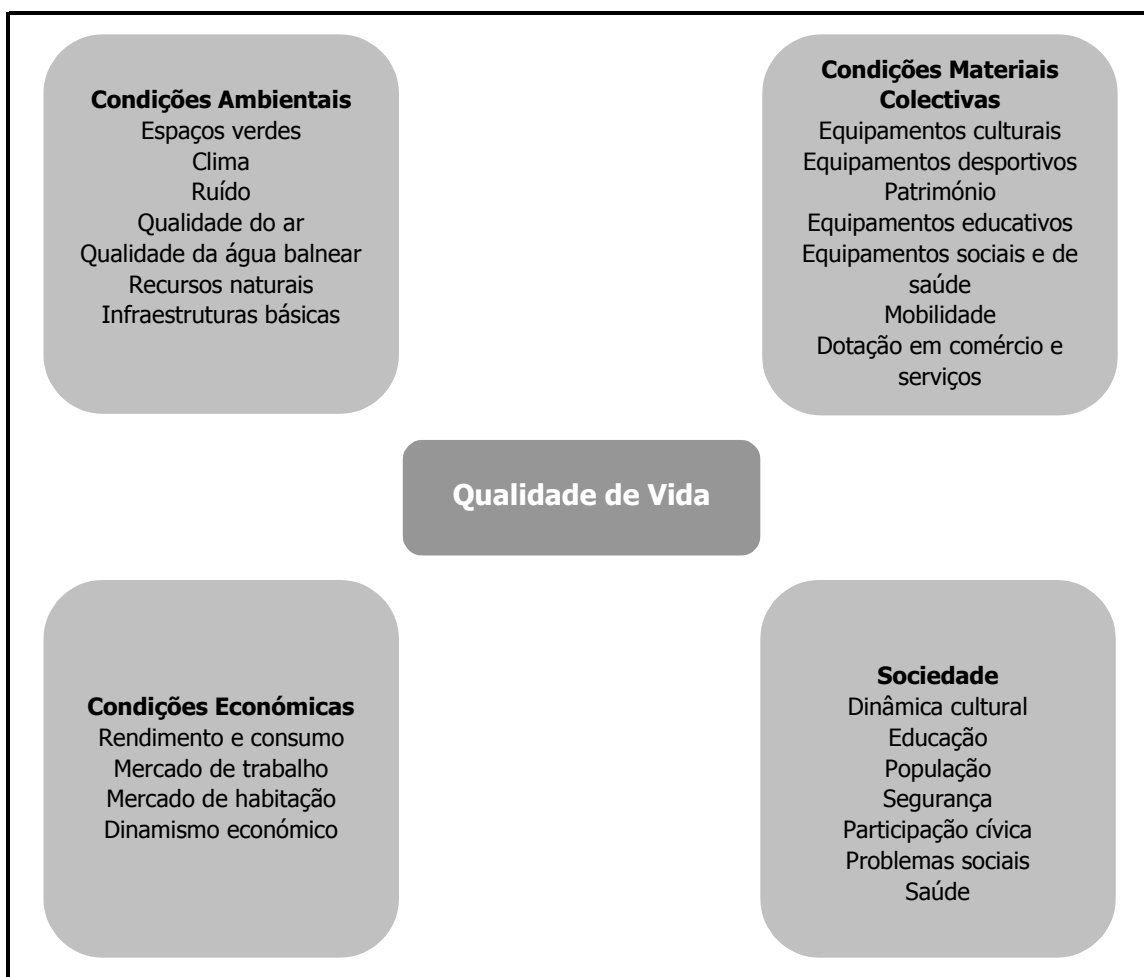
Um primeiro domínio, genericamente designado de *Condições ambientais* relacionado com o ambiente em geral, que remete para os aspectos naturais e físicos da cidade (ar, água, verde, resíduos,...). O segundo, das *Condições materiais colectivas*, relativo aos equipamentos e infraestruturas relacionados com as condições colectivas de vida na cidade nas áreas da cultura, desporto, ensino, saúde, assistência social, transportes, comércio e serviços. Tratam-se, assim, de indicadores relacionados com as condições

existentes na cidade, comuns para todos, e que condicionam, naquelas áreas, a vivência da cidade.

O terceiro domínio, *Condições económicas*, pretende analisar a cidade enquanto núcleo de actividade económica e as questões daí decorrentes ligadas às condições individuais de vida na cidade: rendimento e consumo, mercado de trabalho, habitação, dinâmica económica. Por último, um quarto domínio designado por *Sociedade*, que integra os indicadores ligados à dimensão social da cidade e ao relacionamento entre as pessoas, ou seja, questões relacionadas com as escolhas individuais e com a participação dos cidadãos.

Para cada um destes domínios foram seleccionados diversos indicadores de natureza quantitativa, agrupados em áreas temáticas. A figura da página seguinte esquematiza o modelo adoptado, apresentado-se de seguida a listagem de todos os indicadores considerados.

Domínios e áreas temáticas



CMP - Sistema de Informação da Qualidade de Vida Urbana

Indicadores

DOMÍNIO	ÁREA	INDICADOR	UNIDADE	OBSERVAÇÕES
Condições Ambientais	Espaços verdes	Espaços verdes públicos per capita	m ² /hab	Jardins e espaços verdes públicos e privados de acesso ao público, por habitante.
		Extensão de ruas arborizadas	m	Extensão total de ruas ou segmentos de ruas com árvores, no separador central ou nos passeios laterais. Não inclui ruas exclusivamente com arbustos.
	Clima	Dias com registo de precipitação	%	
		Média diária de horas de sol	nº	
	Ruído	Intensidade de Ruído		
	Qualidade do ar	Dias com Índice de Qualidade do Ar Bom ou Muito Bom	%	
	Qualidade da água balnear	Registos com qualidade da água balnear Aceitável ou Boa	%	
	Recursos naturais	Extensão da frente fluvial e marítima	km	
	Infraestruturas básicas	Águas residuais tratadas	%	Quantidade de águas residuais cujo tratamento é efectuado nas ETAR's
		Resíduos sólidos urbanos reciclados	%	Recolha especial de papel, vidro, embalagens, madeira, sucata e resíduos verdes que são objecto de deposição separada por parte do detentor, com a finalidade de serem reciclados.

CMP - Sistema de Informação da Qualidade de Vida Urbana

Indicadores (cont.)

DOMÍNIO	ÁREA	INDICADOR	UNIDADE	OBSERVAÇÕES
Condições materiais colectivas	Equipamentos culturais	Bibliotecas de acesso ao público por 1000 hab	nº	Bibliotecas Municipais e bibliotecas privadas de acesso ao público, por 1000 habitantes. Não inclui bibliotecas de estabelecimentos de ensino.
		Galerias de arte por 1000 hab	nº	Local de exposição e simultaneamente de venda de obras de artes plásticas com calendarização e temporada definidos, com fins lucrativos, por 1000 habitantes
		Museus por 1000 hab	nº	Instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que promove pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire-os, conserva-os, comunica-os e expõe-os para estudo, educação e lazer, por 1000 habitantes
	Equipamentos desportivos	Pavilhões por 1000 hab	nº	Recintos desportivos cobertos com dimensões iguais ou superiores a 28 metros de comprimento, 16 de largura e 7 de altura, por 1000 habitantes
		Piscinas por 1000 hab	nº	Instalação para a prática dos diversos tipos de actividades aquáticas possuindo um ou mais tanques cobertos ou descobertos, por 1000 habitantes
		Outras instalações desportivas por 1000 hab	nº	Inclui campos de ténis, grandes campos, pequenos campos, pistas de atletismo, salas de desporto e instalações especiais, por 1000 habitantes.
	Património	Área Classificada como Património Mundial da Humanidade	km2	Área classificada como Património da Humanidade pela UNESCO
		Imóveis de interesse Nacional e Público	nº	Imóveis de Interesse Nacional e Público, classificados pelo IPPAAR.
		Espaço público requalificado	m2	Área, correspondente a praças e arruamentos, que foi objecto de intervenção de requalificação.
	Equipamentos educativos	Estabelecimentos do ensino básico e secundário	nº	Unidades de carácter público ou privado que, funcionando em uma ou mais instalações, agrupam alunos para lhes ser ministrado ensino dos níveis básico e secundário, por um ou mais professores, uns e outros colocados sob uma única direcção administrativa e/ou pedagógica
		Computadores no ensino básico e secundário por 100 alunos	nº	Computadores para fins pedagógicos, nos estabelecimentos de ensino de carácter público ou privado que ministram ensino dos níveis básico e secundário, por 100 alunos .
		Computadores com ligação à www no ensino básico e secundário por 100 alunos	nº	Computadores com ligação à internet, nos estabelecimentos de ensino de carácter público ou privado que ministram ensino dos níveis básico e secundário, por 100 alunos

Indicadores (cont.)

DOMÍNIO	ÁREA	INDICADOR	UNIDADE	OBSERVAÇÕES
Condições materiais colectivas (cont.)	Equipamentos sociais e de saúde	Capacidade dos jardins de infância por 1000 hab	nº	Lugares disponíveis no equipamento sócio-educativo público ou privado que se destina a acolher, durante uma parte do dia, crianças desde os 3 anos de idade até à idade legal de ingresso no ensino básico, por 1000 habitantes
		Capacidade das creches por 1000 hab	nº	Lugares disponíveis no equipamento sócio-educativo público ou privado, destinado a acolher crianças de 3 meses a 3 anos durante o período diário de impedimento dos pais por motivos de ordem profissional ou outros, por 1000 habitantes
		Capacidade dos lares e centros dia e apoio domiciliário por 1000 hab	nº	Lugares disponíveis em equipamentos de apoio à vida quotidiana dos idosos e lugares disponíveis no âmbito da resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, por 1000 habitantes
		Camas de hospitais por 1000 habitantes	nº	Número de camas do internamento, por 1000 habitantes
		Centros de saúde e extensões por 1000 hab	nº	Centros de saúde e extensões de centros de saúde por 1000 habitantes
		Médicos por 1000 hab	nº	Médicos que exercem a sua prática profissional nos hospitais, centros de saúde e extensões, por 1000 habitantes
	Mobilidade	Lugares em parques de estacionamento	nº	Lugares em parques de estacionamento privados e parques municipais pagos, gratuitos e concessionados.
		Velocidade média em transporte individual	km/h	Velocidade observada num circuito pré-estabelecido, em hora de ponta.
		Velocidade média em transporte público	km/h	Velocidade comercial. Inclui as paragens para entrada e saída de passageiros e as paragens devidas ao congestionamento de trânsito
	Dotação em comércio e serviços	Estabelecimentos de comércio a retalho por 1000 hab	nº	Estabelecimentos de comércio a retalho das CAE's 521, 522, 523, 524 e 525, por 1000 habitantes.
		Instituições bancárias e outros serviços por 1000 hab	nº	Estabelecimentos bancários (CAE 65121) e Outros Serviços (CAE's 633, 641, 66011, 66030, 711, 85141 e 930), por 1000 habitantes.
		Hotéis e restaurantes por 1000 hab	nº	Estabelecimentos hoteleiros e de restauração (CAE's 553, 5511e 5512), por 1000 habitantes.

CMP - Sistema de Informação da Qualidade de Vida Urbana

Indicadores (cont.)

DOMÍNIO	ÁREA	INDICADOR	UNIDADE	OBSERVAÇÕES
Condições económicas	Rendimento e consumo	Levantamentos multibanco	euros	Valor dos levantamentos efectuados nas caixas multibanco. Inclui levantamentos nacionais e internacionais.
		Remuneração média mensal (ganho)	euros	Valor médio da remuneração (ganho) dos trabalhadores, com excepção dos trabalhadores da função pública e profissionais liberais.
		Quociente entre os percentis 80 e 20 da remuneração média mensal (ganho)	nº	Quociente entre os percentis 80 e 20 da Remuneração média mensal (ganho) dos trabalhadores, com excepção dos trabalhadores da função pública e profissionais liberais.
		Pensionistas por invalidez e sobrevivência por 1000 hab	nº	Indivíduos que auferem de uma prestação pecuniária mensal por sobrevivência ou invalidez, por 1000 habitantes.
		Beneficiários do RMG por 1000 hab	nº	Membros do agregado familiar do titular do rendimento mínimo garantido, incluindo o próprio titular, por 1000 habitantes.
		Consumo de gás per capita	ton/hab	Consumo doméstico de gás butano, propano e natural, por habitante.
		Automóveis ligeiros por 1000 hab	nº	Veículos automóveis ligeiros com seguro, por 1000 habitantes.
		Lares com acesso à Internet por 1000 hab	nº	
	Mercado de trabalho	Desempregados inscritos nos Centros de Emprego	nº	Indivíduos inscritos nos centros de emprego e que nunca tiveram emprego, não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar.
		Postos de trabalho por 1000 hab	nº	Total de pessoal ao serviço e trabalhadores da Administração Pública, por 1000 habitantes.
		Dirigentes e trabalhadores com qualificação média e superior	%	Percentagem de dirigentes e trabalhadores com qualificação média e superior, no total de trabalhadores
	Mercado de habitação	Custo médio de aquisição	euros/m2	Valores de avaliação bancária (euros), por m2 de área útil de alojamentos destinados à habitação, objecto de financiamento bancário.
		Custo médio de arrendamento	euros/m2	Valores médios de arrendamento mensal em euros por m2 de área útil para casas destinadas à habitação
		Licenças emitidas de reconstrução	nº	Autorizações concedidas pela CMP ao abrigo de legislação específica, para execução de obras de reconstrução, ampliação e alteração dos edifícios com destino à habitação.
	Dinamismo económico	Variação do número de estabelecimentos	%	Variação percentual do número de estabelecimentos de comércio e serviços das CAE's 521, 522, 523, 524, 525, 65121, 633, 641, 66011, 66030, 711, 85141, 930, 553, 5511, 5512.
		Vendas de combustíveis	ton	Vendas de gasóleo e de gasolina super, super aditivada, sem chumbo 95 e sem chumbo 98.
		Despesa total do Município por 1000 hab	euros	Despesas realizadas, por 1000 habitantes. Inclui despesas correntes e de capital.
		Passageiros em voos comerciais	nº	Todo o ocupante de um lugar sentado, transportado por um avião comercial em serviço regular ou não regular.

CMP - Sistema de Informação da Qualidade de Vida Urbana

Indicadores (cont.)

DOMÍNIO	ÁREA	INDICADOR	UNIDADE	OBSERVAÇÕES
Sociedade	Dinâmica cultural	Sessões de espectáculos culturais	nº	Sessões de espectáculos de Dança, Música, Teatro e Músico-teatrais e de Cinema (apenas quando integradas em festivais de cinema) das Instituições com programação cultural regular (Protocolo para a Agenda Cultural do Porto) e dos festivais e Instituições do Apoio à Criação Artística, desde que ocorram em espaços diferentes das instituições com programação cultural regular.
		Utilizadores de bibliotecas de acesso ao público	nº	Utilizadores de bibliotecas Municipais e das bibliotecas privadas de acesso ao público. Não inclui visitantes de bibliotecas de estabelecimentos de ensino.
		Visitantes de museus	nº	Visitantes de museus e espaços museológicos
	Educação	Alunos no ensino superior por 1000 hab	nº	Indivíduos inscritos, em estabelecimentos de ensino superior, de carácter público ou privado, por 1000 habitantes.
		Alunos em mestrados e pós-graduações por 1000 hab	nº	Indivíduos inscritos nos estabelecimentos de ensino superior público ou privado, em cursos pós-licenciatura de duração superior a 9 meses não conferentes de grau e em cursos pós-licenciatura conferentes de grau, por 1000 habitantes.
		Taxa de abandono após a escolaridade obrigatória	%	Percentagem de indivíduos que não prolongam os estudos para além da escolaridade mínima obrigatória.
	População	Nados-vivos por 1000 hab	nº	
		Estrangeiros residentes	nº	Indivíduos de nacionalidade não portuguesa a quem foi concedida uma autorização de residência pelos serviços oficiais competentes.
	Segurança	Acidentes de viação com mortos ou feridos graves por 1000 hab	nº	Todo o acidente de viação em que pelo menos uma pessoa tenha ficado gravemente ferida (sofrendo lesões que levem à sua hospitalização) ou morta, por 1000 habitantes.
		Taxa de criminalidade	%	Crimes contra pessoas, património, vida em sociedade e outros, por 1000 habitantes
	Participação cívica	Associações de voluntariado por 1000 hab	nº	
		Associações culturais e recreativas por 1000 hab	nº	Associações culturais e recreativas com actividade cultural regular, por 1000 habitantes.
		Associações desportivas por 1000 hab	nº	Associações desportivas com actividade desportiva regular, por 1000 habitantes.
		Mulheres eleitas para órgãos municipais	%	Mulheres eleitas para a Assembleia e Câmara Municipais nas últimas eleições Autárquicas.
		Votantes que exerceram o direito de voto nos últimos quatro actos eleitorais	%	Votantes que exerceram o direito de voto nas últimas eleições Presidenciais, Legislativas, Autárquicas e para o Parlamento Europeu
	Problemas sociais	Suicídios por 1000 hab	nº	Óbito de todo o indivíduo que dá a morte a si mesmo, por 1000 hab.
		População sem abrigo	nº	Cidadãos que não possuem meios de subsistência, nem domicílio certo e pernoitam na rua ou recorrem a situações alternativas de carácter provisório (casa, carros ou fábricas abandonadas, estações de caminhos de ferro, quartos em pensões custeados pelos Serviços de Emergência da Segurança Social, albergues, etc.). Além disso, consideram-se que estão em processo de ruptura, ou já romperam, com os principais "espaços de referência social": família, trabalho, comunidade."
		Utentes activos dos CAT	nº	Utentes que tiveram pelo menos uma consulta semestral nos Centros de Atendimento a Toxicodependentes.
		Pedidos para habitação social	nº	Primeiros pedidos para habitação social camarária.
	Saúde	Taxa de mortalidade precoce	%o	Óbitos com menos de 65 anos por 1000 habitantes

CMP - Sistema de Informação da Qualidade de Vida Urbana

A bateria de indicadores seleccionados pretende caracterizar as diversas dimensões associadas ao conceito de qualidade de vida numa cidade, e que foram objecto de discussão nos pontos anteriores. Tal como atrás se referiu, a análise da evolução quantitativa desses indicadores permitirá realizar um diagnóstico sobre a qualidade de vida na cidade do Porto. Essa mesma bateria de indicadores tornará possível fazer um ponto de situação, globalmente e para cada um dos domínios escolhidos, da situação da cidade, e comparar essa situação com a da área metropolitana em que está inserida e com o país como um todo.

O desenvolvimento deste projecto é, obviamente, muito exigente em termos de informação estatística necessária. Como foi referido, pretende-se apresentar dados a nível sub-urbano, sempre que possível, e informação que permita a comparação da situação da cidade do Porto com a Área Metropolitana em que está integrada e com o país como um todo. Nesse sentido, será utilizada muita da informação estatística produzida pelos próprios serviços da Câmara, decisiva em algumas áreas seleccionadas, em particular ao nível sub-urbano.

Para além disso, neste projecto participam, na qualidade de fornecedores externos de informação, um conjunto vasto de serviços e entidades públicos e privados, cuja colaboração é essencial no desenvolvimento deste sistema de informação. A criação de uma eficaz rede de parcerias, que permita a obtenção da informação necessária em tempo útil, é uma das apostas centrais do sistema que está a ser implementado.

A análise a efectuar será complementada com a realização de sondagens de opinião sobre a qualidade de vida na cidade do Porto. Os inquéritos a desenvolver, baseados em estratificação, nomeadamente por grupos etários e sócio-económicos, terão como objectivo recolher a leitura que os cidadãos residentes e, de um modo geral, os utilizadores frequentes da Cidade fazem sobre o padrão de qualidade de vida urbano e as suas transformações.

Pretende-se, desta forma, conjugar a informação de carácter mais objectivo, traduzido pela bateria de indicadores seleccionados, com a percepção mais subjectiva da qualidade de vida, obtendo-se assim um quadro global mais completo que permita um sistema integrado de monitorização e informação sobre a qualidade de vida na cidade do Porto.

BIBLIOGRAFIA

- Alkire, S. (2002), "Dimensions of Human Development", *World Development*, vol. 30, n.º 2, pp.181-205.
- Allardt, E. (1981), "Experiences from the Comparative Scandinavian Study, with a Bibliography of the Project", *European Journal of Political Research*, n.º 9, pp.101-111.
- Allardt, E. (1976), "Dimensions of Welfare in a Comparative Scandinavian Study", *Acta Sociológica*, vol. XIX, n.º 3.
- Audit Commission (2001), Voluntary Quality of Life and Cross-cutting Indicators for Local Authorities: Consultation Feedback
- Bartik, T.J. e V.K.Smith (1987), "Quality of Life and Environmental Comparisons", in E.S. Mills, *Handbook of Regional and Urban Economics*, vol. 2, pp. 1207-1254, Amsterdam, Elsevier Science.
- Cicerchia, A.(1996), "Indicators for the Measurement of the Quality of Urban Life. What is the Appropriate Territorial Dimension", *Social Indicators Research*, n.º 39, pp.321-358.
- City of Helsinki Urban Facts (1999), *A Portrait of Finnish Cities, Towns and Functional Urban Regions. The Finnish Urban Indicators System*, Committee for Urban Policy, Ministry of the Interior.
- Diário de Notícias (2000), *A Vida nas Áreas Metropolitanas*, edições de 15 a 22 de Julho.
- Diário de Notícias (2000), *As Melhores Cidades Portuguesas*, edições de 5 a 11 de Fevereiro.
- Direcção Geral do Ambiente (2000), Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, DGA/Direcção de Serviços de Informação e Acreditação.
- European Commission (1996), *European Sustainable Cities - report*, Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Communities.
- European Union (1999), *Evaluating Quality of Life in European Regions and Cities*, CdR-Studies E - 3/99, Brussels, European Communities.
- European Communities (2000), *The Urban Audit*, vol.I, II e III, Luxemburgo.
- Flood, J. (1997), "Urban and Housing Indicators", *Urban Studies*, vol. 34, n.º 10, pp. 1635-1666.

- Gough, J. (1982), "Human Needs and Social Welfare", in *The Quality of Life and Communication in Metropolitan Services*, International Meeting, Veneza.
- Grayson, L. e K. Young (1994), *Quality of Life in Cities*, London, British Library Board.
- Gyouko, J., M. Kahn e J. Tracy (1999), "Quality of Life and Environmental Comparisons", in P. Chesire e E. Mills (eds), *Handbook of Regional and Urban Economics*, vol. 3, pp. 1413-1454, Amesterdam, Elsevier Science.
- Hildebrandt, T. (1997), *Quality of Life Index Project - Annotated Review of Literature*, Ontario, Halton Social Planning Council.
- Kline, E. (2000), "Planning and Creating Eco-cities: indicators as a tool for shaping development and measuring progress", *Local Environment*, vol. 5.
- Marinho, E. e C. Campos (2000) "A B.G.R.I. como Suporte de um Sistema de Informação Urbano", *Seminário Censos 2001 XIV Recenseamento Geral da População/IV Recenseamento Geral da Habitação*, Aveiro.
- May, R. (2000), "Viewpoint: UN Habitat indicators database: evaluation as a source of the status of urban development problems and programs", in *Cities*, vol. 17, n.º 3, pp. 237-244.
- Mendes, J. (1999), *Onde viver em Portugal - Uma análise da qualidade de vida nas capitais de distrito*, Coimbra, Ordem dos Engenheiros - Região Centro.
- Nussbaum, M. e A. Sen (eds) (1993), *The Quality of Life*, Oxford, Clarendon Press.
- Nuvolati, G. (1998), *La qualità della vita urbana. Teorie, metodi e risultati della ricerche*, Milano, Franco Angeli.
- Partidário, M. R. (1993), "Ambiente Urbano - a necessidade de identificação e controlo dos seus parâmetros de qualidade", *Sociedade e Território*, n.º18, pp. 62-71.
- Pauli, S. (2000), "European Common Indicators: a way of local authorities to measure and compare progress towards sustainability", *Eurocities*, n.º 12.
- Pereira, I. e N. Caleia (2000), "O Sistema de Indicadores Urbanos de Lisboa", *Seminário Censos 2001 XIV Recenseamento Geral da População/IV Recenseamento Geral da Habitação*, Aveiro
- Provigo (1998), "Observatorio Socio-Economico de Vigo y su Area", *Boletin de Coyuntura*, n.º 8.
- Roback, J. (1982), "Wages, rents and the Quality of Life", *Journal of Political Economy*, n.º 90, pp. 1257-1278.

- Rosen, S. (1979), "Wage-based Indexs of Urban Quality of Life", in P. Mieszkowski e M. Straszheim (eds), *Current Issues in Urban Economics*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Schwartzentruber, B.; T. Baker e M. Shookner (1997), *Quality of Life Index Project - Methodology Report*, Ontario, Ontario Social Development Council.
- Schwartzentruber, B.; T. Baker e M. Shookner (1998), *Quality of Life Index Project - Indicator Summary Report*, Ontario, Ontario Social Development Council.
- Setién, M.L. (1993), *Indicadores Sociales de Calidad de Vida*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Shookner, M. (1997), *Quality of Life Index (QLI) - Literature Review*, Ontario, Ontario Social Development Council.
- Social Disadvantage Research Group/University of Oxford (1999), *Technical Annexe to the consultation paper on the methodology for an Index of Multiple Deprivation*, Oxford.
- Working Group on Measuring, Monitoring and Evaluation in Local Sustainability (1999), *Common Set of Indicators for Local Sustainability – Interim Report*, Outubro.